



**Ministério do Turismo
Conselho Nacional do Turismo**

**ATA DA 41ª REUNIÃO DO CONSELHO
NACIONAL DO TURISMO,
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE
2013, EM BRASÍLIA, DF.**

Abertura da reunião pelo Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário Executivo do Conselho Nacional do Turismo, Sr. Vinicius Lummertz, em substituição ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Turismo, Senhor Gastão Dias Vieira, presidente do Colegiado.

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às 14h30, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília – DF, é realizada a 41ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Turismo, Sr. Vinicius Lummertz que dá boas vindas a todos. Agradece ao anfitrião Secretário de Turismo do DF, Luis Otávio Neves pela cessão do espaço no Centro de Convenções. Declara a existência de quórum segundo a assinatura dos conselheiros no Livro de Presença e inicia a reunião cumprimentando todos os conselheiros em nome do Ministro Gastão Vieira, Secretários do Ministério e presidente da Embratur. Sublinha que o ministro, também presidente do Conselho comunicou um pequeno atraso na sua chegada e pediu que os trabalhos fossem iniciados. Em substituição ao Ministro Gastão Vieira declara aberta a 41ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo. Trata do primeiro item da pauta colocando em votação a aprovação da ata da 40ª Reunião, realizada em Brasília no dia 31 de julho de 2013, enviada com antecedência aos conselheiros, para ajustes e complementações. Indaga sobre a existência de alguma manifestação contrária e não havendo considera aprovada. Solicita o apoio da equipe administrativa para colher as assinaturas dos conselheiros presentes à referida Reunião. Ato contínuo, informa sobre o conjunto de documentos apensados às pastas dos conselheiros e destaca a Matriz de Resultados e Encaminhamentos da reunião anterior com uma síntese dos principais assuntos tratados, que serve como acompanhamento e gestão, mas que não fará a leitura. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** considera importante ler a Matriz, mesmo que de forma sucinta, porque dá visão real ao que é falado nas reuniões. O **Secretário Vinicius Lummertz** submete a proposta à aprovação dos demais. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** acha melhor avançar na pauta e, eventualmente, se persistirem dúvidas ou questionamentos em relação à pauta anterior, os assuntos diversos seriam abordados. O **Secretário Vinicius Lummertz** entende a preocupação do conselheiro Claudio Magnavita, mas existe um problema de tempo e pode acolher a proposta no final da reunião. Sugere que o balanço das Matrizes anteriores sejam acomodados no início da próxima reunião do Conselho, se todos concordarem, e que seria preciso um período mais longo para adensar duas

pautas em uma só. Fica aprovado o encaminhamento. Faz a leitura da ordem do dia com as manifestações do Ministro Galvão Vieira a ser prorrogada no horário e a ausência do Secretário Executivo do Ministério, Sérgio Braune que participa de reunião da Copa e não pode estar presente. Na sequência cita as manifestações do presidente da Embratur Flávio Dino, do Secretário Nacional de Programas Fábio Mota e a sua apresentação enquanto Secretário Nacional de Políticas de Turismo, seguidos pelo presidente do Fornatur, Ronald Ázaro. Na continuidade da pauta sublinha os Destaques com a Agenda Estratégica do Turismo, a atualização da Lei Geral do Turismo e a agenda de “propostas estruturadas” do Conselho Nacional de Turismo, objeto de reunião realizada durante a ABAV envolvendo os temas da flexibilização de mão de obra, co-responsabilidade na Lei de Defesa do Consumidor e qualificação profissional, finalizando com as manifestações dos conselheiros segundo ordem de inscrição. Com a palavra o **Sr. Flávio Dino presidente da EMBRATUR** destaca o material promocional distribuído aos conselheiros. Narra que após os entraves advindos da Lei de Licitações nº 8.666, finalmente contrata as empresas PROMO do Brasil e Cunha Vasquez de Portugal para coordenarem o Programa dos EBTs em 13 Escritórios, que passam a funcionar ainda em 2013, sendo dois na América do Sul, Buenos Aires (Argentina) e Lima (Peru); três nos Estados Unidos, Nova York, Los Angeles e Chicago, neste também correspondendo o Canadá; um no Japão e os demais na Europa, abrangendo países prioritários como Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Holanda. Ressalta que todos estão à disposição dos parceiros públicos e privados que fazem o crescimento da economia do turismo. Apresenta por fim os vídeos institucionais relativos à Copa do Mundo, com recortes que abordam protestos de rua, dúvidas quanto a preparação do Brasil para a Copa, com veiculação na TV em sete países e, na internet abrangendo todos os países, com edições em inglês, francês, espanhol, alemão e italiano. Informa que são mais de 15 ferramentas digitais de divulgação do País para a Copa do Mundo e com isso almeja que o Brasil possa alcançar a média de sete milhões de turistas estrangeiros. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** pede uma questão de ordem e solicita que o Presidente Flávio Dino esclareça sobre a redução do número de mercados trabalhados em consequência do corte de verba na EMBRATUR, pois com o momento da Copa do Mundo e Olimpíadas, diz que esperava o contrário com reforço financeiro. Indaga qual o corte orçamentário praticado. O **presidente Flávio Dino** informa que a redução foi de R\$ 17 milhões e, em razão disso, foram reprogramadas atividades previstas com redução no número de países. Aproveita e faz reconhecimento público ao Walter Vasconcelos, Diretor de Marketing e toda a equipe que realiza uma ação cotidiana perseverante e consistente tecnicamente. Lembra que ao contrário do que alguns pensam e dizem, o mundo tem grande admiração pelo trabalho de promoção internacional feito pelo Brasil. O **Secretário Vinícius Lummertz** agradece a exposição feita e já com a presença do Sr. Ministro Gastão Vieira na reunião, passa a palavra ao **Secretário Fábio Mota (MTur)** que expõe sobre a demora na aprovação do orçamento no Congresso, retardando para o segundo semestre o início de execução. Explica que o contingenciamento reduziu a disponibilidade orçamentária de R\$ 2.315 bilhões para R\$ 759 milhões e desse valor empenharam cerca de R\$ 500 milhões, faltando apenas 30% para infraestrutura. Revela expectativa em concluir os empenhos ainda no mês de novembro para permitir que em dezembro possa fazer alguma diligência de propostas. Acrescenta que no segundo semestre foi empenhado mais R\$ 697 milhões referentes ao PAC do turismo, com instalação de centros de eventos em 12 cidades e sinalização turística em mais 65 cidades históricas. O **Secretário Vinícius Lummertz** faz a sua apresentação antes de seguir com a agenda para além dos representantes do Ministério. Lista as ações em realização pela Secretaria Nacional de Políticas, decorrentes de

assuntos tratados em reunião com o Ministro, representadas por “Entregas” e que apesar das dificuldades, espera concluir ainda em 2013. A primeira trata do projeto com investimentos em 15 Parques Nacionais nas cidades da Copa, uma parceria direta do Ministro Gastão Vieira e da Ministra Isabela Teixeira, do Meio Ambiente para melhorar o atendimento aos visitantes, além da campanha promocional para levar ao conhecimento da população as opções de visitação. Revela que em conjunto com o SEMEIA e o Ministério do Meio Ambiente foi constituído um grupo para trabalhar o projeto Parques do Planeta, uma proposta da iniciativa privada com a participação da WWF, cuja intenção é criar um novo modelo de gestão de parques no Brasil e que a proposta deve ser refinada e apresentada ao Conselho. Salienta ser do conhecimento do Ministro Gastão Vieira que está em curso a primeira PPP de unidade de conservação no Brasil com a ROTALON de Minas Gerais, depois de concessões bem-sucedidas com Foz e Noronha. Como segundo item trata do Sistema de Registro de Hóspedes, em andamento com 3,5 milhões de fichas, sendo 27.000 fichas/dia e o Ministério busca o aperfeiçoamento e para isso precisa estar mais próximo da hotelaria para refinar o modelo que envolve um conjunto de variáveis de segurança. Na sequência, ressalta a Portaria de regulamentação do exercício profissional de Guias, ainda em 2013. Fala também da parceria com a iniciativa privada, por meio do grupo Abril, para atender a hotelaria por ocasião dos grandes eventos. Outro tema diz respeito à Portaria interministerial para transferência de competências da SPU ao Ministério do Turismo, que passaria a ser o concedente de áreas de interesse de marinha, lâminas d’água em portos, regiões portuárias, orlas marítimas de rios e lagos. Destaca ainda o lançamento do Mapa da Regionalização do Turismo Brasileiro, com novas variáveis que apontam inclusive para a busca de PPPs, concessões, investimentos, portfólios, empreendedorismo mais integrado aos mercados, uma ação a ser apresentada ao Conselho na última reunião do ano. Outro tema diz respeito ao lançamento da Campanha do Turismo Acessível, em Gramado que finalmente sai por conta da Copa do Mundo. Os demais assuntos dizem respeito à publicação da nova Portaria de Fiscalização e o Turismo Religioso, em andamento, além do Índice de Competitividade, realizado com o SEBRAE, a ser apresentado em cerimônia especial. Comunica que o início do processo de reforma da Lei Geral do Turismo também será tratado e a Agenda Estratégica com o lançamento de políticas públicas abrangendo quatro setores: parques naturais, orla, cidades históricas e parques temáticos serão apresentados ao Conselho. Informa ainda sobre a cerimônia de assinatura dos contratos para a execução dos Planos de Desenvolvimento Integrados com o BID que devem ser assinados em 2013 para a Rota das Emoções, Aparados da Serra e possivelmente, Foz do Iguaçu. Enfatiza que a nova Portaria do CADASTUR tem apresentado resultados importantes, com crescimento superior a 100% por conta da desburocratização. Lembra ainda o módulo dois do “Viaja Mais, Melhor Idade” a ser lançado em 2013, que está em negociação com o Ministério do Trabalho, com o “Viaja Mais Trabalhador”. Diz que coloca estes assuntos a título de notícias, para ter o acompanhamento e não haver surpresas do que está sendo desenvolvido. O **Sr. Ronald Ázaro (FORNATUR)** após cumprimentos reitera as demandas resultantes de reuniões deste colegiado sobre tarifas aéreas e trechos extintos para os estados mais distantes. Lembra que o assunto foi exposto ao Conselho e na ocasião foi entregue uma carta ao Secretário Executivo da SAC com as preocupações e sugestões que tratam sobre desoneração do combustível dos aviões e voo charter para os estados. Solicita apoio do Conselho cuja função é ecoar, pressionar e fazer valer as ideias apresentadas. Informa que ao longo dos próximos 20 dias, as demandas serão repassadas aos estados para cancelar e encaminhar às autoridades. Retoma a sugestão do AirPass, bilhete aéreo que seria entregue ao turista, principalmente no período de grandes eventos, com direito a cinco destinos no país, com

prazo específico. O **Sr. Guilherme Paulus (Ind. Presidência da República)** aponta como um dos grandes problemas dos voos charters, a aplicação do ICMS sobre o combustível em 25% penalizando destinos como Natal, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, cuja alta do preço incide no assento dos usuários. Lembra que cada voo leva pelo menos 150 pessoas para um destino e que as companhias aéreas têm disponibilidade de aeronaves para fretar nos finais de semana. Reitera que o pedido do Fornatur é de extrema importância e demanda uma ação junto ao Ministério da Aviação e INFRAERO para diminuir as taxas de voos o que é muito comum na Europa. Informa que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, da Presidenta Dilma, solicitou a formação de oito grupos de trabalho e que selecionou o de educação, reforma política e legados dos grandes eventos, importantes para o turismo. Diz que aproveitou a ideia e pediu aos Secretários de Turismo que apresentassem o legado a ser deixado com a construção dos estádios e investimentos realizados e que prontamente recebeu a colaboração do Secretário do DF, Luís Otávio Neves. Sugere apresentar os resultados ao Conselho porque são importantes para o setor. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** cumprimenta a iniciativa e indaga se os grupos tratam sobre relações trabalhistas, abordando o trabalho intermitente ou temporário. O **Sr. Guilherme Paulus (Ind. Presidência da República)** confirma que existem pessoas representando o turismo nos grupos e compromete-se a enviar material ao SINDEPAT. O **Secretário Vinícius Lummertz** comunica a presença do Secretário Paulo Sérgio de Almeida, do Ministério do Trabalho e Emprego para falar de questões do trabalho de curto prazo, intermitente, transatlânticos além da antiga discussão da terceirização. Antes de seguir com a pauta, comenta resultados de pesquisa do Ministério com 15.000 consultas, realizadas na Copa das Confederações e revelaram alta satisfação com hotéis e restaurantes, porém insatisfação com os preços praticados. Revela que os estádios tiveram nota 9,5, vida noturna e hospitalidade foram bem avaliados mas por outro lado, detectaram problemas de acesso à *internet*, língua estrangeira, transporte público e que a experiência deve ser avaliada no todo. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** fala do Brasil Airpass e da desoneração do combustível da aviação, assuntos colocados na última reunião do Conselho da ANAC. Recapitula que o turista estrangeiro não tem como viajar dentro do país porque o preço do bilhete doméstico custa mais do que o trecho internacional e sugere que o Ministério abrace a proposta e com a ANAC fazer a interlocução com a SAC para sensibilizar as empresas aéreas. Pede manifestação do representante da ANAC, especialista do setor. O **Sr. Alex Romera (ANAC)** diz que a proposta apresentada no Conselho da ANAC teve apoio porque não há nenhuma restrição na legislação da Agência ou na legislação nacional, é uma questão de coordenação e que o suporte técnico necessário pode ser prestado. O **Secretário de Turismo do DF, Luís Otávio Neves** concorda com a manifestação dos conselheiros e informa que em 2013º o Distrito Federal baixou a alíquota do ICMS de combustível da aviação de 25 para 12% e aumentou em 26% a arrecadação pelo fato de ter agora as aeronaves abastecendo em Brasília. O **Sr. Guilherme Paulus (Ind Presidência da República)** revela que hoje os estados não arrecadam com o charter, mas lembra que o turista consome e, segundo medição disponível o turista deixa, pelo menos em cada cidade, R\$ 125 por pessoa. Com relação ao Brasil AirPass comenta o trabalho excelente da American Airlines e da TAP no Brasil, com novos voos em vários estados brasileiros, além das conexões com os Estados Unidos sendo possível trabalhar essas companhias. Diz que isso é um aviso aos Secretários de Turismo para que trabalhem a American Airlines, façam workshops nos principais estados americanos. Considera importante a parceria com a Embratur para atuação nos países vizinhos ao Brasil e trazer colombianos, chilenos, argentinos, peruanos. Na sequência, o **Secretário Vinícius Lummertz** pede que o diretor da Secretaria de

Políticas apresente o estado da arte da Agenda Estratégica de Turismo e a atualização da Lei Geral do Turismo que a partir desta tem uma janela aberta para a participação do Conselho. O **Sr. Marcelo Lima Costa (Diretor do MTur)** lembra que apresentou no Conselho o Marco Lógico da Agenda Estratégica envolvendo macroambientes de negócios com parques naturais, parques temáticos, turismo cultural e orla, para atuar de forma setorial e ampla, com interesses compatibilizados. Do ponto de vista técnico, informa sobre a elaboração dos Termos de Referência para subsidiarem a atuação do Ministério na criação de ambientes favoráveis ao turismo no Brasil e que todos terão a oportunidade de discutir e demonstrar o ponto de vista pessoal. O **Secretário Vinícius Lummertz** intervém que a Agenda nasce com sugestões de portarias, projetos de leis, programas e projetos, reformas jurídicas para serem implementadas e possibilitarem avanços. O **Sr. Marcelo Lima Costa (Diretor/MTur)** apresenta a determinação no Ministério em rever e atualizar a Lei Geral do Turismo para tirar o que não serve e inserir o que precisa, na visão de criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento competitivo do turismo brasileiro. Informa que no momento realiza coleta de informações no Ministério sobre a regulamentação do setor, além da elaboração de portarias, decreto etc. Informa que na continuidade do trabalho estará recolhendo o ponto de vista do Conselho sobre o que dificulta, atrapalha e falta na Lei para serem trabalhados e seguir para discussão na Câmara Temática de Legislação e demais instâncias descentralizadas. Pede que as contribuições sejam encaminhadas para leigeraldoturismo2013@turismo.gov.br. O **Secretário Vinícius Lummertz** pede que o Coordenador Jair Galvão fale das mudanças no CADASTUR e que devem permitir o entendimento da lógica na atualização da Lei Geral do Turismo, inclusive no SBClass e Registro Eletrônico. O **Sr. Antonio Henrique Paula (SENAC)** questiona se as contribuições à Lei Geral do Turismo ficam restritas ao processo de regulamentação da Lei com possibilidade de alteração e se volta ao Congresso. O **Secretário Vinícius Lummertz** comenta que como Lei tem que voltar ao Congresso. O **Sr. Guilherme Paulus (Ind. Presidência da República)** segundo experiência, diz que começa tudo novamente, a Lei está aprovada e agora é complementar, melhorar. O **Secretário Vinícius Lummertz** diz que a intenção é tornar a Lei mais leve e que o raciocínio do CADASTUR pode ser inspirador no esforço a ser feito. O **Sr. Jair Galvão (Coord-Geral/MTur)** apresenta o CADASTUR cujas regras para cadastrar os prestadores de serviços turísticos estão na Portaria 130/2011. Destaca que para cadastrar se exigia documentação básica de pessoa jurídica, ato constitutivo, alvará municipal e cartão do CNPJ. Lembra que existem variações específicas para prestadores como Guias e que outros que não tem a obrigação, mas que podem efetuar o cadastro no Ministério, através dos órgãos delegados nas unidades federativas em um processo físico, com uma junta de documentação e ao entrar no sistema, o prestador solicitava, imprimia o Termo de Responsabilidade e assinava para depois enviar por correio, autenticado e, após diligência, garantia a concessão do certificado. Sublinha que alguns prestadores precisavam de deslocamento de 700 Km, o que por vezes inviabilizava a obtenção do cadastro e que o FORNATUR, através do pleito da Associação dos Instrutores solicitou revisão desse item pontual e, com a anuência do Ministério, baseado na Portaria de 2013, retirou a exigência do alvará municipal, entendendo que o mesmo permanecia obrigatório, conforme a legislação municipal, mas que passaria a não ser exigido para fins do CADASTUR. A publicação da portaria em alguns estados permitiu o aumento em até 125% no número de cadastrados. Enaltece que coloca em prática o novo sistema CADASTUR, construído do zero, com outra linguagem, nova plataforma online adequada às necessidades de acesso e tecnologia do Governo Federal, que se comunica com as mesmas plataformas na esfera municipal, permitindo o trâmite eletrônico do processo. Assim, o

prestador, através do seu computador entra no sistema e solicita o cadastro, anexa documentações necessárias, aceita o termo de responsabilidade e faz o trâmite eletrônico para o órgão oficial que realiza a análise e diligência. Acredita que no início de dezembro esteja pronto para apresentar na próxima reunião do Conselho. A **Sra. Anita Pires (ABEOC)** cumprimenta o Ministério pela flexibilidade no CADASTUR, que realmente era difícil as empresas trabalharem. Revela que a entidade faz campanha constante sobre o CADASTUR, mas que existem centenas de empresas ainda sem cadastro, em função do absoluto desconhecimento do Programa. Informa ao presidente do FORNATUR que inúmeras licitações públicas são impugnadas porque os órgãos desconhecem a obrigatoriedade do CADASTUR e solicita comunicar essa questão. O **Secretário Vinícius Lummertz** trata da agenda de “Propostas Estruturadas” definida na última reunião do Conselho para as entidades construírem propostas concretas, passíveis de serem levadas a cabo com a força política do colegiado. Nessa linha, cita os itens discutidos na reunião realizada na Feira da ABAV: flexibilização da mão de obra, co-responsabilidade na defesa do consumidor, e qualificação profissional. Diz que a ideia é relatar as propostas para o Conselho para que se transformem em ações concretas a partir das Câmaras Temáticas. Começa com co-responsabilidade na defesa do consumidor, cujo tema ficou com a responsabilidade da ABAV e FBHA, apesar da questão afetar outros setores. O **Sr. Ronald Ázaro (FORNATUR)** registra que fez uma reunião no Rio de Janeiro com a presença da Secretária Juliana xxx, e a Secretária de Defesa do Consumidor do Rio, que foi muito profícua, resultando numa pauta de trabalho interessante. O **Secretário Vinícius Lummertz** informa que no momento essa Comissão está reunida do Ministério do Turismo. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** afirma que o processo é de construção de consenso, diálogo e estabelecimento dos parâmetros necessários para encaminhar os temas prejudiciais por ocasião das grandes competições esportivas e que a reunião no Rio surgiu um ambiente comum para construir o *modus operandi* do diálogo e o desenho propugnado está sob o comando do Secretário Ronald Ázaro, que seria um *benchmarking* a ser levado ao resto do país. Entende que esse caminho, talvez seja o melhor. O **Secretário Vinícius Lummertz** fala que as operadoras, agências de viagens e hotéis tem uma proposta específica para a situação. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** informa que a responsabilidade solidária das agências de viagens está sendo tratado em Projeto de Lei, onde o SINDETUR de São Paulo tem sido ativo no encaminhamento. Considera importante voltar a juntar forças para aprovar um projeto maior e não sabe se há tempo para sancionar nesta legislatura, mas se apresentar ao presidente da Câmara e mostrar a necessidade de acelerar o processo é possível aprontar antes dos eventos de 2014. Acha importante, inclusive que qualquer funcionamento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tenha isso como parâmetro legal definido em relação às Agências de Viagens uma vez que são responsáveis proporcionalmente ao processo no pressuposto do encaminhamento do consumo final. O **Sr. Ministro Gastão Vieira** comunica que há alinhamento entre o governo, ABAV e do relator Alex Cassiani, além da disposição do Presidente Henrique Alves para colocar em votação ainda em 2013, desde que chegue ao consenso. O **Secretário Vinícius Lummertz** dando prosseguimento passa para a questão da qualificação profissional. O **Sr. Antonio Henrique de Paula (SENAC)** comunica que a ABBTUR e o Fórum dos Cursos Superiores pediram para registrar uma solicitação de agendamento de reunião com o MEC para contribuir no aperfeiçoamento do portfólio de programas oferecidos com o Pronatec e acrescentar algumas ocupações não contempladas. Registra que por parte dos cursos de formação superior, há interesse em mostrar uma proposta de unificação curricular, que poderá inclusive resultar em um encontro nacional com os coordenadores dos cursos

oferecidos no Brasil, porque gera oportunidade de trabalho e renda e alguns cursos estão desconectados da realidade do mercado. O **Sr. Ministro Gastão Vieira** assume o compromisso de falar com o Ministro e o Secretário Executivo José Paim Fernandes, e lembra na época que eram parlamentares aprovaram um caderninho com especificações bem detalhadas de todas as profissões. O **Sr. Roberto Rotter (FOHB)** aproveita o espaço para propor uma reflexão de que é preciso consolidar os canais de comunicação existentes e transformá-los em instâncias e encaminhamentos concretos, para que as promessas públicas sejam cumpridas com celeridade e soluções equilibradas. Ressalta que o Brasil precisa de mais turistas e não é pautando à imprensa de que o Brasil está caro que vai conseguir atraí-los, nem tampouco desviando o foco dos gargalos principais, como a mobilidade urbana. Indaga por que as dúvidas são abordadas por meio da imprensa, quando existe o Conselho Nacional do Turismo para aproximar o governo do empresariado e trabalhadores. Na Lei Geral propõe no parágrafo quarto do artigo 23, que trata de diárias na hotelaria substituir o termo por serviços prestados e que o período de 24 horas dá certa confusão na interpretação. Sugere alterar para: “Entende-se por preço de hospedagem aquele cobrado pela utilização da unidade habitacional e dos serviços, incluídos nos horários fixados previamente pelos meios de hospedagem, pela entrada e saída dos hóspedes”. Sugere no CADASTUR, artigo 24, incisos um e dois, relativos à documentação, manter o cartão de inscrição do CNPJ, o ato constitutivo da razão social e o registro no órgão competente. Lembra que a Câmara Temática de Legislação deveria coordenar o assunto. Fala do convênio de intercâmbio de capacitação assinado com Portugal e lamenta que não beneficia alunos das escolas privadas de hotelaria porque dois requerimentos foram enquadrados no Ciências sem Fronteira que exige o ENEM ou ENADE, não utilizados pela Anhembi Morumbi, Casteli, e Estácio de Sá. Solicita uma eventual alteração no próximo projeto para que a hotelaria consiga, efetivamente, colocar os primeiros 50 alunos, ainda em dezembro, para o setor absorver. O **Secretário Vinícius Lummertz** enfatiza a necessidade de nos próximos 15 dias concentrar esforços nas alterações e propostas da Lei Geral, resgatando também o estoque de demandas existentes no Ministério para consolidar, porque não falta material. O **Sr. José Osório Nunes (CNTur)** entrega documentos importantes com resultados e sugestões dos congressos patrocinados pela CNTur e prestigiados pelo Ministro Gastão Vieira, com o Congresso de Gastronomia, Hospedagem e Turismo da Amazônia legal, que discutiu uma identidade para o turismo amazônico e a promoção nacional e internacional, especialmente com vistas aos grandes eventos esportivos. Outro documento resulta das manifestações do V Fórum das Entidades Cíveis e Sindicais do Turismo e da CNTur, realizado durante o 26º Congresso Internacional de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo, realizado em São Paulo, onde entidades cíveis, sindicais, lideranças do setor buscaram novo formato de ação para dinamizar o turismo brasileiro. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** destaca que a grande dificuldade em muitos setores do turismo é a sazonalidade e exemplifica que os parques temáticos servem também para uso de restaurantes, organizações de eventos, pois detém equipamentos com capacidade de receber até 10.000 pessoas/dia. Comenta que a oscilação no setor é muito forte, depende do clima - um dia pode receber 300 pessoas e outro, atende 7.000, numa atividade geralmente concentrada no fim de semana. Diz que dimensionar a mão de obra de forma viável em termos econômicos é uma dificuldade que tem interferido nos resultados dos equipamentos e, talvez sejam um dos grandes motivos que o Brasil, hoje, ainda não configure entre os maiores equipamentos, o que afeta também outros setores. Enaltece que a grande questão seria flexibilizar a mão de obra de trabalho intermitente, conforme é feito em outros países e essa seria uma linha de conduta que sugere como alternativa para o Ministério do Trabalho e Emprego. O **Sr.**

Paulo Solmucci (ABRASEL) enfatiza que o turismo é um setor de serviço cujo tema é transversal a todos no Conselho, envolvendo também o comércio e outras atividades. Lembra a legislação que permite a contratação por hora, com todos os direitos é elaborada sobre um ambiente cujo conceito é da indústria, com jornadas fixas. O grande desafio hoje do turismo e do setor de serviço como um todo, é a contratação por hora, com escala móvel, de maneira ágil. Lembra que estimulados pelo Presidente Lula, o setor realizou um *bench* na Europa, especialmente para buscar legislações e o resultado foi encaminhado aos Ministérios do Trabalho e do Turismo, estando o assunto incluído no Brasil Maior, pautado como prioridade e discutido na Casa Civil. Destaca que o assunto não envolve perdas de direito, considera o pagamento de férias e 13º, com contratação na legalidade e que o assunto foi tratado com o Ministro Manoel Dias, que obviamente ficou sensibilizado e que as próprias Centrais Sindicais consideraram que assunto poderia ser pautado como prioridade. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** ressalta que o Secretário Paulo Sérgio de Almeida estava na reunião com o Ministro do Trabalho e reitera que os argumentos colocados face aos temas versados sobre o trabalho intermitente, interjornada e contrato de curtíssima duração, são de conhecimento da equipe do Ministério do Trabalho. Acrescenta que no Brasil já é praticado o trabalho intermitente na safra agrícola, e apesar da sua especificidade não seria um paradigma se quisesse adaptar ao turismo. Entende que existem questões políticas a serem resolvidas e o consenso com os laborais pode ser uma árdua tarefa. Enfatiza que na Comissão Tripartite do Turismo e Emprego na Secretaria-Geral da Presidência o assunto deve ser abordado de alguma maneira e espera que a Contratuh tenha bom senso nisso, até porque, para vencer a questão, seria a temporalidade e tentar até 2016, tudo é possível, a negociação deve abrir o diálogo do processo. A **Sra. Rosalinda Barbosa (CONTRATUH)** reitera a mesma posição colocada na reunião realizada em São Paulo, que concorda com o Sindicato do Turismo do Rio, em termos de jornada de trabalho que não pode admitir a precarização dos direitos trabalhistas, mas considera possível o diálogo. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** lembra as colocações na parte da manhã sobre a questão política, que a juventude mobilizada nas ruas é exatamente a mesma que está no extrato de alto desemprego, até porque ficam impedidos de trabalhar em função dos estudos e com isso surgiria até uma forma de aliviar a pressão nessa faixa etária que está com relativa ociosidade. Outra questão diz respeito aos navios cuja legislação obriga a cabotagem doméstica a ter 25% dos seus quadros oriundos de profissionais, uma meta difícil de atingir e que a alternativa seria liberar essa cota ou fiscalizar e exigir, na lei, que o percentual seja atendido, o que gera concorrência predatória aos cruzeiros nacionais. Alerta que a questão relacionada aos eventos é realmente emergencial. A **Sra. Irma Karla Barbosa (FENAGTUR)** aponta que o país tem mais de 18.000 guias, mas cadastrados no são apenas 9.000, em função da ausência de fiscalização. Trata sobre o trabalho temporário e cita o exemplo do Guia de turismo que trabalha por hora a R\$50,00 modelo que pode servir de incentivo às outras profissões. O **Secretário Vinícius Lummertz** diz que fica solicitada a audiência ao Ministério do Trabalho, que o assunto é sério. Pede para ouvir o Secretário Paulo Sérgio de Almeida para depois pontuar alguma coisa sobre os assuntos tratados. O **Secretário Paulo Sérgio de Almeida (MTE)** após cumprimentos fala que sabe da importância do turismo para o país, respeita muito as pessoas que operam no setor e sabe das suas especificidades frente à indústria e o comércio e como tal precisa ter o tratamento diferenciado das demandas. Destaca que o Ministro Manoel Dias está ciente das colocações tratadas na reunião e que determinou prioridade nas instâncias técnicas nas quais estão incluídos para construir uma proposta que venha ao encontro das demandas, em especial a contratação para eventos, muitas vezes de curtíssima duração. Entende que para resolver a

contratação dos trabalhadores, a situação requer regulamentação específica, e obviamente não se dá exclusivamente pela vontade do Ministério do Trabalho ou de outras instâncias de governo, que é preciso um diálogo bem estreito com os setores empresarial e laboral para construir uma proposta efetiva, que não só atenda a demanda colocada, mas também que esteja em acordo com as políticas e prioridades do governo, atuando no sentido de proteger os direitos dos trabalhadores. Considera que esse é o desafio, construir uma proposta que atenda essas características e isso está em construção no Ministério, com algo bastante evoluído. Avalia que é preciso criar uma nova figura jurídica dentro da CLT, com a contratação por curta duração, curto prazo, e isso precisa de alteração legislativa, mas certamente, antes de encaminhar qualquer mudança deverá fazer as consultas aos setores envolvidos para ter algo sustentável, legítimo e com apoio, ampliando a probabilidade de aprovar sem alterações substantivas na própria tramitação no Congresso Nacional. Destaca que muito em breve estará apresentando a proposta. Sobre o trabalho intermitente, diz que, aquilo que não couber em uma proposta de projeto de lei, sobre contrato de trabalho de curta duração terá que ser resolvido de outra forma e confessa, que pode ser algo um pouco mais de difícil de examinar. Considera importante que os exemplos de outras legislações de países que lidam há mais tempo com essas questões, sejam encaminhados para o Ministério do Trabalho, pois não conhece essas práticas a fundo e poderá ver a possibilidade de ter algo que atenda as especificidades e características brasileiras. Coloca que, além de Secretário de Inspeção e Fiscalização do Trabalho, preside o Conselho Nacional de Imigração e nesse tem a política de vinda de estrangeiros para o Brasil e que o Ministério do Turismo tem um representante que muito ajuda na definição das políticas e que parte do conselho a regulamentação do setor de turismo marítimo. Informa que possui os relatórios de fiscalização de cada temporada, e pode disponibilizar em caso de interesse. Coloca-se à inteira disposição do Conselho Nacional de Turismo para manter e continuar o diálogo. O **Secretário Vinicius Lummertz** agradece em nome do Ministro Gastão Vieira e do Conselho, estimando fechar o ano de 2013 com essa proposta concluída. Diz que o turismo precisa de conquistas, tem o ano da Copa, outros eventos e lembra que o grupo de Legislação está sob coordenação do conselheiro Alexandre Sampaio com apoio da Contratuh. Considera que a melhor coisa é a flexibilidade, não é uma rotina maçante, industrial, clássica e sim a hipótese de uma pessoa poder trabalhar e fazer horas por dia de assessoria, que isso é a libertação e devem comemorar porque o turismo pode ser um caminho, o que é muito significativo. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** diz que o Ministro Manoel Dias está com a equipe motivada para solucionar e encaminhar a questão, o problema agora é negociar com a Previdência, com aval e consenso junto aos laborais, e que poderia ser feito uma medida provisória. O **Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** lembra que a pauta do Conselho é mais o turismo, está chegando a Copa, fala-se em legados e deixaram de construir muito do que poderia ter feito. Sugere concentração e esforço em algumas coisas mais simples para serem executadas e cita o setor de alimentação cuja ideia é usar os bares e restaurantes como ponto de informação ao turista. Considera relevante a questão da segunda língua estrangeira, propõe investir em tradução de alguns serviços, porque em pouco tempo não se fala inglês e revela que o setor de alimentação usa o cardápio como uma forma inteligente e rápida de equacionar a demanda do cliente e esse é um assunto que poderia estar nas atitudes de emergência. Destaca a importante reunião realizada na parte da manhã com o Comitê Gestor e reforça o entendimento aprovado pelo Secretário Vinicius Lummertz sobre a importância dessas reuniões serem mensais, especialmente para aproveitar o pouco tempo que falta para a Copa e até mesmo para o final da gestão da Presidenta Dilma. Entende que a competitividade deve ser um tema central, existem as análises da FGV

que podem pautar o debate sobre as variáveis para construir um Brasil mais competitivo no turismo. Ressalta ainda a preocupação quanto a tendência no fechamento de Secretarias de Turismo nos estados, onde Minas Gerais caminha nessa direção, Goiás e o Paraná tem proposta de união com outros, e certamente considera um retrocesso. Convida a todos para participarem da implantação da Frente Parlamentar Mista em defesa do setor de alimentação, no dia 6 de novembro. Por fim, informa sobre conversa com o Ministro Gilberto Carvalho para tratar da regulamentação da gorjeta, estudando uma alíquota específica de contribuição patronal, o que resolveria uma das maiores dificuldades que é as empresas do setor saírem do simples e pede que o Ministro Gastão Vieira acompanhe o assunto de alguma forma, junto à Secretaria Geral, o MDIC e Ministério da Fazenda, porque o tema é importante, histórico e precisa ser regulamentado. **O Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** parabeniza a equipe do Ministério pelo encaminhamento de vários temas que estão sendo trabalhados, mas que precisa dar explanação e divulgação. Destaca que está em discussão a questão das marinas, e o CONAMA discute a recomposição da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar que trata da questão costeira e que a iniciativa privada está sendo instada a participar. Acha importante, dado que o Ministério do Meio Ambiente está no processo, que seja discutido também a questão dos processos de política de ocupação costeira, para alinhamento. **O Secretário Vinícius Lummertz** pergunta se essa questão está dentro do gerenciamento costeiro do GERCON, e o Projeto Orla, o que é confirmado. **O Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** destaca que o CONAMA é um fórum que deve ser provocado, porque se posiciona favorável à posição do Ministério, ajuda politicamente. Endossa a convocação do Paulo Solmucci para a Frente Parlamentar, um mecanismo fundamental. Por fim, sob a defesa do consumidor, fala dos lançamentos imobiliários de apart e condo hotéis, hotéis em cota de participação que são fracionamentos, onde ninguém é dono nem do próprio apartamento e o assunto merece atenção do Ministério. **O Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** manifesta sentimento de frustração porque esperava uma reunião com a presença de outros dirigentes do governo para tratar de assuntos importantes para o turismo e que a mudança de data da reunião foi infeliz, porque também altera os valores de passagem aérea e demandam custos altos. Lembra que o trabalho do Conselho é voluntário, os conselheiros pagam suas despesas de viagens. Espera que o Ministro do Turismo, como parlamentar, ao retornar às funções legislativas, tenha na Câmara dos Deputados a bandeira do turismo e possa assumir a cadeira de presidente da Comissão de Turismo para que o setor continue como prioridade. Conclama o Ministério a apoiar o Manual do Multiplicador, que passou em brancas nuvens e que seria um trabalho muito importante sobre exploração sexual da criança e adolescente no turismo, e tem sido mal divulgado. Faz referência ao pedido feito em reunião anterior sobre a possibilidade de receber o clipping com as notícias do Ministério e até então não foi atendido. Solicita também para destravar a questão da Conferência Nacional do Turismo e na sequência pede que o livro comemorativo dos 10 anos do Ministério seja distribuído aos conselheiros, mesmo considerando que a citação sobre o Conselho Nacional de Turismo foi pífia não destacando a participação ativa na consolidação da política do turismo, na elaboração da Lei Geral do Turismo e outras ações. **O Sr. Francisco Garcez (Abratur)** usa a palavra para informar sobre a Conferência Intercontinental de Turismo Rural a se realizar em 24 de março de 2014, em Fortaleza- CE e aproveita para colocar em apreciação pelo Conselho a possibilidade de realizar a primeira reunião de 2014 no âmbito deste evento, em Fortaleza, o que deverá emprestar maior destaque e direcionamento de atenção das entidades nacionais para o turismo rural. Apresenta o projeto da Conferência com o detalhamento da programação a ser enviada aos e-mails dos conselheiros. **O Sr. Luiz Edgar Tostes (Abracamping)**

agradece particularmente ao Secretário Luís Otávio Neves pelo trabalho em prol do Ecocamping de Brasília que deve servir de modelo para implantar outros acampamentos turísticos no Brasil. Levanta problemas relativos à hospedagem durante a Copa do Mundo, que 17% dos estrangeiros optam por meios alternativos e no Brasil ainda são limitados. Ressalta que tem enviado ofícios ao Ministério do Turismo sobre a implantação de acampamentos turísticos nas cidades sedes da Copa, a exemplo do *camping in the games* em Londres para as Olimpíadas, em áreas ociosas. Relata a falta de apoio nas estradas e sugere união do Ministério do Turismo com a Federação de Combustíveis, a Confederação Nacional de Transporte, o SEBRAE e petroleiras como Petrobrás e Ipiranga para qualificar postos de serviço pré determinados como pontos de parada para os turistas rodoviários, criando um selo de qualificação de identificação. Cita ainda o problema dos motorhomes ainda não regulamentados e quando estrangeiros vêm ao Brasil só podem permanecer três meses com o veículo, uma situação que a Receita Federal e os órgãos competentes poderiam resolver. Solicita a ativação dos parques nacionais e sugere que o tema seja discutido nas reuniões do Ministério com o Ibama e órgãos afins e fosse estudada a possibilidade de inserir os acampamentos turísticos nos mesmos. A **Sra. Irma Karla Barbosa (FENAGTUR)** pede que o Ministro Gastão Vieira assine a Portaria de Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos que se encontra no gabinete aguardando despacho. Pede ainda atenção à Portaria 130, que não tem a exigência da contribuição sindical e que isso tem trazido inúmeros problemas com os estados. Sugere que os Guias possam fazer um provão para validar se realmente estão habilitados para exercerem a credencial, o que seria uma forma de qualificação. Em relação à Lei Geral do Turismo solicita a inclusão do guia de turismo, prestador de serviço turístico, inclusive, vinculado ao Ministério do Turismo. Ressalta que o condutor turístico, da forma como está sendo envolvido no PRONATEC não está correta e demonstra interesse em participar de alguma reunião do Programa para debater o assunto, seja com o Ministério da Educação ou o Ministério do Trabalho para resolver a questão. O **Sr. Antonio Henrique Paula (SENAC)** registra participação em aula inaugural na Universidade Federal do Rio de Janeiro e fez elogios ao Ministro Gastão Vieira. Lembra a Rio+20 onde mais de 100 chefes de Estado fizeram elogios e segundo o presidente da Organização Mundial do Turismo o evento até hoje é pauta de discussões mundiais do turismo. Comenta ainda que na parte da educação profissional, o Ministro Gastão Vieira fez uma mudança significativa e espera que continue por muito tempo no turismo. Pede para registrar em público e em ata, a sua satisfação em continuar no Conselho vivenciando um importante momento da história do turismo no Brasil. A **Sra. Rosalinda Barbosa Gonçalves (CONTRATUH)** deixa clara a posição da Contratuh no sentido de abrir a proposta do Ministério do Trabalho porque não é uma questão exclusivamente trabalhista e o Ministério pode colaborar com a Comissão para clarear a atividade. Sugere não usar a Copa como parâmetro, porque os hotéis vão continuar ocupados, gerando empregos, o trabalho é intermitente porque é para a vida toda e deve resguardar os direitos trabalhistas. Diz que pode participar na comissão proposta para colaborar na formulação de um Projeto de Lei que atenda o empresariado e resguarde os direitos dos trabalhadores. O **Secretário Vinícius Lummertz** passa a palavra ao Ministro para o encerramento. O **Ministro Gastão Vieira** cumprimenta a todos e a todas. Destaca que fez muito bem em ficar até mais tarde para ouvir as manifestações e agradece àqueles que permaneceram. Faz algumas observações com relação ao trabalho que realiza no Ministério do Turismo iniciado no dia em que foi chamado pela Presidenta Dilma Rousseff para ser Ministro e que decidiu aceitar como brasileiro e não como político. Esclarece que não realizou mudanças de patamar no Ministério, apenas algumas alterações na estrutura tendo em vista que é um

órgão pequeno e perdeu 55 funcionários aprovados em concursos, que buscam outras oportunidades, afetando diferentes áreas técnicas. Lembra a publicação da Portaria 112 que disciplinou muitas ações no Ministério e que permitiu impor regras claras e democráticas, porque valiam para todos. Sabe onde quer chegar e como se despedir do Ministério e lembra o conterrâneo, Padre Antônio Vieira: “Eu quero sair maior do que entrei” promessa que fez para si mesmo e vai cumprir. Ressalta investimentos do Ministério da ordem de R\$ 11 milhões em Gramado para a infraestrutura turística e R\$ 680 milhões concedidos pelo Governo para que o Turismo tivesse um PAC, com investimentos em 12 Centros de Convenções em várias cidades como Curitiba, Porto Alegre, Pirenópolis, Natal, Aracaju, Maceió, Comburui, Manaus. Lamenta que a imagem do país, a menos de oito meses da Copa, esteja lá fora sendo explorada por notícias produzidas pela própria imprensa brasileira quando devia estar discutindo outros assuntos de como receber bem o cliente com acolhida no país. Enfatiza a necessidade de todos estarem juntos, independentemente do ministro, para fazer o país cada vez mais acreditar que o turismo é um grande fator econômico que poderá levar o Brasil a sair dessa crise que domina o mundo desde 2002, conduzindo para um porto mais seguro, gerando emprego, renda e inclusão social. Agradece a todos. Dito isso, agradece aos que estiveram presentes e permaneceram até o final da reunião, e como presidente do Conselho Nacional de Turismo, dá por encerrada a 41ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo.

Gastão Dias Vieira

Presidente do CNT

Vinicius Lummertz

Secretário Executivo do CNT